



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO – ESTADO DA BAHIA

Ofício nº 193/2022 – SEGAP

09 de agosto de 2022.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação da augusta Câmara Legislativa Municipal, o anexo Projeto de Lei que concede incentivos fiscais aos contribuintes em débito perante a Fazenda Pública Municipal.

A presente Proposição, elaborada em consonância com a Lei Complementar nº. 101/2000, visa possibilitar minorar os efeitos da pandemia da covid-19 e oportunizar aos contribuintes condições adequadas para quitação de tributos municipais.

Como forma de compensar eventuais reduções de créditos, os incentivos fiscais propostos, em obediência a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 101/2000, ensejarão readequação de rotinas fiscais que possibilitarão, dentre outros: remodelagem do banco fiscal, com ampliação de recadastramentos imobiliário e mobiliário; acompanhamento integrado de recolhimento de tributos sobre o patrimônio e serviços; maximização da aplicação do princípio da capacidade contributiva, focando incidência de rotinas e acompanhamentos fiscais sob contribuintes mais aquinhoados e otimizando a fiscalização de outros contribuintes de menor impacto fiscal.

Solicito a Vossa Excelência que, na tramitação do presente Projeto de Lei, seja observado o regime de urgência, conforme previsto na Lei Orgânica do Município.

Valho-me do ensejo para renovar, a Vossa Excelência e aos vossos dignos Pares, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


LUIZ BARBOSA DE DEUS

Prefeito Municipal

Ao Senhor
Vereador Pedro Macário Neto
Presidente da Câmara Municipal
NESTA


Maria Goretti Moreira
Secretária Administrativa
Câmara Mun. Paulo Afonso



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO – ESTADO DA BAHIA

Projeto de Lei Nº _____/2022

Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS no Município de Paulo Afonso e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO AFONSO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído no Município de Paulo Afonso o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, que tem como objetivo promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, relativos a tributos municipais, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2021, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Parágrafo único. O REFIS será administrado pela Secretaria Municipal da Fazenda e pela Procuradoria Geral do Município, nos casos relativos às execuções fiscais e, observado o disposto nesta Lei.

Art. 2º O sujeito passivo, para usufruir dos benefícios do REFIS, deve fazer a sua adesão ao programa até o dia 30 de setembro de 2022.

§ 1º - Para aderir ao REFIS o contribuinte deverá comprovar a quitação dos tributos lançados no exercício de 2022.

§ 2º - A adesão considera-se formalizada com o pagamento do crédito tributário favorecido à vista ou, se parcelado, de sua primeira parcela.

§ 3º - A adesão ao REFIS:

I – implica no pagamento da cota única ou da primeira parcela;

II – não suspende a aplicação das normas comuns para concessão de parcelamento, previstas na legislação tributária;

III – na confissão irrevogável e irretratável dos débitos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art.

lur



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO – ESTADO DA BAHIA

174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e no art. 202, inciso VI, do Código Civil; e

IV – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas pela presente Lei.

Art. 3º A redução das multas e dos juros de mora, para pagamento do crédito tributário favorecido à vista ou parcelado, obedecerá aos seguintes critérios e percentuais:

I – à vista, com redução de 100% (cem por cento) de multas e dos juros de mora;

II – parcelado, em até 06 (seis) vezes iguais e sucessivas, com a redução de 90% (noventa por cento) das multas e dos juros de mora;

III – parcelado, em até 12 (doze) vezes iguais e sucessivas, com a redução de 80% (oitenta por cento) das multas e dos juros de mora;

IV – parcelado, em até 24 (vinte e quatro) vezes iguais e sucessivas, com a redução de 70% (setenta por cento) das multas e dos juros de mora;

V – parcelado, em até 36 (trinta e seis) vezes iguais e sucessivas, com a redução de 60% (sessenta por cento) das multas e dos juros de mora;

VI – parcelado, em até 48 (quarenta e oito) vezes iguais e sucessivas, com a redução de 50% (cinquenta por cento) das multas e dos juros de mora;

§ 1º - Em qualquer fase do parcelamento realizado com base nesta Lei, o sujeito passivo poderá pagar, antecipadamente, as parcelas vincendas, com os mesmos benefícios inerentes ao pagamento à vista quanto ao saldo devedor.

§ 2º - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior:

I – para pessoa física R\$ 50,00 (cinquenta reais).

II – para pessoa jurídica R\$ 200,00 (duzentos reais).

§ 3º - O vencimento das parcelas será 30 (trinta) dias após o pagamento da primeira.

§ 4º - Após a efetivação do parcelamento a Procuradoria Geral do Município providenciará o pedido de suspensão da ação judicial, até a quitação integral do débito.

§ 5º - Para fins de expedição de certidões a suspensão da exigibilidade de créditos será reconhecida após a comprovação do pagamento da primeira parcela.

§ 6º - O pagamento da parcela fora do prazo legal implicará cobrança da multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da parcela devida e não paga, até o limite de 20% (vinte por cento), de juros de mora

Luiz



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO – ESTADO DA BAHIA

de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento e atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 4º O contribuinte será automaticamente excluído do REFIS, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

- I – inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta Lei;
- II – prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do beneficiário desta Lei;
- III – decretação de falência, extinção, pela liquidação, ou cisão da pessoa jurídica;
- IV – independente de notificação, pelo atraso no pagamento de qualquer das parcelas em período superior a 60 (sessenta) dias contados da data do seu vencimento, bem como se não for promovida a desistência e expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos recursos e defesas já interpostos.

Art. 5º O sujeito passivo beneficiado com o parcelamento, nas condições do art. 3º desta Lei, fica obrigado a manter sua regularidade fiscal, inclusive com os tributos vincendos, sob pena de ser excluído do REFIS.

Art. 6º A exclusão do sujeito passivo do REFIS implica a perda de todos os benefícios concedidos, acarretando a exigibilidade dos débitos originais, com os acréscimos legais previstos na legislação municipal à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, descontados os valores pagos, e a imediata inscrição dos valores remanescentes na Dívida Ativa, ajuizamento ou prosseguimento da execução fiscal, conforme o caso.

Art. 7º O benefício previsto nesta Lei não implica em direito adquirido para os contribuintes que já tenham quitado ou procedido parcelamento de seus débitos com respectiva incidência de juros e multa.

Luiz



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO – ESTADO DA BAHIA

Art. 8º O benefício fiscal de que trata esta Lei não contempla a atualização monetária.

Art. 9º. Não serão restituídas, no todo ou em parte, com fundamento nas disposições desta Lei, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo poderá baixar, por decreto, atos normativos e regulamentares necessários à execução do programa instituído pela presente Lei.
Parágrafo único. Caso o prazo constante do art. 2º desta Lei não seja suficiente para atender aos objetivos pretendidos pela Administração, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a prorrogá-lo, por meio de Decreto, a até o final do exercício financeiro em curso.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de agosto de 2022.


LUIZ BARBOSA DE DEUS
Prefeito Municipal